

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 442.224 - SP (2013/0386900-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : GIUSEPPE GIACOMELLO NETO
ADVOGADO : MOACIR MARGATO JÚNIOR E OUTRO(S) - SP191918
AGRAVADO : STYLIANOS GEORGIOS MARKAKIS E OUTRO
ADVOGADO : MARIA HELENA MAGALHÃES

DECISÃO

Trata-se de agravo em face de decisão que inadmitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por GIUSEPPE GIACOMELLO NETO contra o v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA. REFORMA-SE SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE POSSE MANSA E PACÍFICA. RECURSO PROVIDO." (e-STJ, fl. 992)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados. (e-STJ, fls. 1.015/1.018).

Nas razões do recurso especial, a ora agravante aponta violação aos arts. 1.238 do Código Civil (550 do CC/16); 125, 334, 467 e 535 do Código de Processo Civil; 6º da LINDB, bem como divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, a) negativa de prestação jurisdicional; e b) deve-se *"reconhecer a posse mansa e pacífica dos prescribentes pelo prazo exigido pela lei, reconhecendo ter cumprido todos os requisitos legais da Usucapião, e reconhecendo a aquisição pelos Autores do domínio do imóvel descrito na exordial, objeto da presente demanda"* (e-STJ, fl. 1.046).

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório. Passo a decidir.

Cumprе salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

Inicialmente, o recurso não merece prosperar quanto à ofensa ao art. 6º da

LICC (LINDB). Sobre o tema, a iterativa jurisprudência desta eg. Corte é no sentido de que esta matéria é de natureza constitucional, não sendo viável a análise nesta via recursal, pois implicaria usurpação de competência do col. Supremo Tribunal Federal.

Outrossim, não prospera a alegada ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido, podem ser mencionados os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJe de 29/3/2010; AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. CELSO LIMONGI (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

Avançando, o Tribunal de origem consignou que Maria da Penha usou de artifícios para obstar o julgamento do pedido adjudicatório, ajuizado em 1974, falsidade esta que restou desvendada somente com a propositura de ação declaratória em 1994. Concluiu, ainda, que a decisão proferida nesta última ação (de 1994) deve retroagir para considerar interrompida a prescrição aquisitiva com a citação operada na primeira demanda (de 1974), sob pena de destituir de qualquer efeito a sentença que reconheceu a simulação perpetrada por Maria da Penha. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes excertos do v. acórdão vergastado:

“Os autores dizem estar na posse mansa e pacífica do imóvel desde 1964 (fls. 2). Tal assertiva foi desmentida pela prova documental produzida pelos réus, que dá conta da existência de inúmeras ações judiciais contra os possuidores.

Em 1964, Roberto Giacomello, companheiro e pai dos autores, adquiriu os direitos e obrigações relativos a promessa de cessão do imóvel datada de 1961 (fls. 320). Ocorre que Roberto Giacomello era devedor de Stylianos Georgios Markakis, que ajuizou execução e adjudicou os direitos do promitente comprador cessionário.

Nos anos que se seguiram, o adjudicatário tentou seguidas vezes obter a posse do bem, intentando ação de adjudicação

compulsória com pedido de imissão na posse, ação reivindicatória e ação declaratória (processos nº 2.796/74 da 24ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital, nº 1.076/81 da 12ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital e nº 232/94 da 4ª Vara Cível do Foro Regional de Pinheiros).

Com exceção do último, todos os processos foram extintos sem resolução de mérito. Por isso, em princípio, não seriam aptos a descaracterizar a pacificidade e mansidão da posse. Essa regra, entretanto, deve ser excepcionada no caso concreto, que envolve uma particularidade relevante atinente à primeira demanda ajuizada por Markakis. É o que se verá.

A ação de adjudicação compulsória foi extinta por inadequação da via processual. Entenderam os julgadores que o adjudicatário não poderia obter a escritura definitiva do imóvel porque Roberto Giacomello e Maria da Penha Giacomello já a haviam outorgado a uma terceira pessoa, Maria da Penha Adão. Cumprida, bem ou mal, a obrigação, seria inviável repetir o ato em favor de Markakis.

Acontece que Maria da Penha Giacomello e Maria da Penha Adão são a mesma pessoa, circunstância que, naquela ocasião, passou despercebida ao juízo.

Em português claro, a decisão desfavorável ao autor fundou-se em premissa falsa. O equívoco só foi reconhecido anos mais tarde, nos autos do processo nº 232/94 (fl. 220). Constatou-se então que o negócio instrumentalizado pela primeira escritura fora simulado, como de há muito insistia o adjudicatário (fls. 215/221).

Se o Judiciário declarou a ilicitude do negócio celebrado por Maria da Penha, não pode agora permitir que tal ato lhe aproveite, ainda que de maneira indireta. Tivesse a possuidora agido de boa-fé, o desfecho da ação de adjudicação teria sido favorável ao adjudicatário, com a consequente **descaracterização da posse mansa e pacífica antes do decurso do prazo da prescrição aquisitiva** (art. 550 do CC/16).

Não se deve consentir que Maria da Penha se prevaleça de seus ardis para, mais uma vez, prejudicar o antigo credor, que há décadas vem tentando obter a posse do imóvel regularmente adjudicado” (e-STJ, fls. 993/996)

Assim, verifica-se que o acórdão recorrido não exigiu a demonstração de justo título ou boa-fé para configuração da usucapião extraordinária, mas, sim, posse mansa e pacífica.

Nesse contexto, concluir de forma diametralmente oposta, como pretende o

recorrente em suas razões recursais, demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO. POSSE EXCLUSIVA, EM NOME PRÓPRIO, POR MAIS DE 20 ANOS, DE FORMA MANSA E PACÍFICA, CONTÍNUA E SEM OPOSIÇÃO. REQUISITOS CONFIGURADOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Segundo a Corte de origem, o preenchimento dos requisitos legais autoriza o reconhecimento da pleiteada prescrição aquisitiva.

2. A reforma do julgado demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada no recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1046478/GO, Rel. **Ministro LÁZARO GUIMARÃES** (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 03/04/2018, DJe 06/04/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO. PRESCRIÇÃO AQUISITIVA. CAUSAS SUSPENSIVAS E INTERRUPTIVAS. OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDÊNCIA.

1. Inviável o recurso especial cuja análise das razões impõe reexame da matéria fática da lide, nos termos da vedação imposta pelo enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 257.047/SP, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 04/09/2014, DJe 17/09/2014)

O recurso também não merece prosperar pela alínea "c" do permissivo constitucional. É impossível conhecer da alegada divergência jurisprudencial, tendo em vista que a incidência da Súmula 7/STJ na questão controversa apresentada também é, conseqüentemente, óbice para a análise do apontado dissídio. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

CERCEAMENTO DE DEFESA E VIOLAÇÃO AO ART. 357 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 7/STJ.

DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. O indeferimento parcial do pleito em decorrência da ausência de provas não significa falha no saneamento do feito, nem mesmo violação ao art. 357 do CPC.

2. Os agravantes não comprovaram a ocorrência de negativação indevida a ensejar necessidade de reparação patrimonial por meio de indenização por dano moral.

3. Não é possível rever a decisão da Corte de origem que afastou a ocorrência de cerceamento de defesa, em virtude do óbice previsto na Súmula nº 7 do STJ. 4. O recurso especial fundamentado no permissivo constitucional da alínea "c" requisita, em qualquer caso, tenham os acórdãos - recorrido e paradigma - examinado a questão sob o enfoque do mesmo dispositivo de lei federal.

5. Aplicada a Súmula 7/STJ quanto à alínea "a" do permissivo constitucional, fica prejudicada a divergência jurisprudencial, pois as conclusões divergentes decorreriam das circunstâncias específicas de cada processo e não do entendimento diverso sobre uma mesma questão legal.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1368264/MS, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 13/05/2019, DJe 16/05/2019)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator